

A ESCRITA DA HISTÓRIA NO LIVRO O GOLPE E A DITADURA MILITAR: 40 ANOS DEPOIS (1964-2004)

Cristina Ferreira¹

Resumo: Em 2004 completou-se 40 anos do golpe-civil militar de 1964, evento que depôs o presidente João Goulart e instaurou a Ditadura no Brasil. A efeméride foi marcada pela publicação de inúmeros trabalhos sobre o tema, dentre os quais a coletânea *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois* (1964-2004), organizada por Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta. A pesquisa que ora se apresenta tem como objetivo analisar a escrita da história contida no livro, para compreensão de suas múltiplas abordagens historiográficas, a partir da articulação entre política, cultura e história. A metodologia dialoga com a produção bibliográfica, analisada sob o ponto de vista crítico, fundamentado nos elementos teórico-conceituais intrínsecos à pesquisa em História. A coletânea contribuiu decisivamente para o debate sobre a memória e a rediscussão sobre a participação civil na construção da Ditadura, sob uma perspectiva de superação da dicotomia entre apoio e rejeição. Os textos, embora diversos em suas propostas temáticas e aportes teóricos, oferecem possibilidades de análise da Ditadura Militar para além das simplificações da memória social construída posteriormente e, a despeito da ausência de temas importantes, como mulheres e trabalhadores, contribuiu para a divulgação e ampliação dos estudos sobre Ditadura no Brasil.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Escrita da História; Historiografia Brasileira.

THE WRITING OF HISTORY IN THE BOOK THE COUP AND THE MILITARY DICTATORSHIP: 40 YEARS LATER (1964-2004)

Abstract: In 2004 it was 40 years since the 1964 military coup, an event that deposed President João Goulart and established the dictatorship in Brazil. The anniversary was marked by the publication of numerous works on the subject, among which the compilation *The coup and the military dictatorship: 40 years later* (1964-2004), organized by Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti and Rodrigo Patto Sá Motta. The research that is now presented aims to analyze the writing of history contained in the book, in order to understand its multiple historiographic approaches, based on the articulation between politics, culture

¹ Doutora em História Social (UNICAMP) e Professora de História do Brasil Império e República do Departamento de História e Geografia da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Coordenadora do Centro de Memória Oral e Pesquisa - CEMOPE.

and history. The methodology dialogues with the bibliographic production, analyzed from a critical point of view, based on the theoretical-conceptual elements intrinsic to research in History. The book contributed decisively to the debate on memory and the re-discussion on civil participation in the construction of the dictatorship, from a perspective of overcoming the dichotomy between support and rejection. The texts, although diverse in their thematic proposals and theoretical contributions, allow for the analysis of the military dictatorship beyond the simplifications of the social memory built later and, despite the absence of important themes, such as women and workers, contributed to the dissemination and expansion of studies on dictatorship in Brazil.

Keywords: Military dictatorship; History Writing; Brazilian Historiography.

INTRODUÇÃO

No âmbito da História do Brasil Republicano, o golpe civil-militar de 1964 atraiu o interesse de pesquisadores das áreas de Ciências Humanas, sobretudo nas duas últimas décadas (2004 e 2014) quando o evento completou, respectivamente, 40 e 50 anos. Nessas datas foram realizados inúmeros seminários, publicações acadêmicas e jornalísticas, que contribuíram para a ampliação do debate social e acadêmico em torno desses eventos, com relação direta à abertura de arquivos brasileiros e o aprofundamento das pesquisas nos acervos estrangeiros. Tal situação gerou um contexto acadêmico favorável à expansão das pesquisas históricas¹ e atraiu historiadores também em função do distanciamento temporal e político do evento em si. Para além da análise do golpe civil-militar e da Ditadura propriamente dita, bem como seus desdobramentos nos discursos de memória produzidos posteriormente, as efemérides constituem eventos particularmente propícios para a construção e reconstrução de memórias e instigam o debate historiográfico sobre esse período. Não por acaso, durante o aniversário dos 40 anos ocorreu uma intensificação do interesse manifesto pelos historiadores a respeito do tema, em busca da ampliação dos debates e aprimoramento das análises históricas.

Intenciono nesse artigo estudar detalhadamente a escrita da história contida no livro *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*, uma das principais publicações da efeméride de 2004, organizada pelos pesquisadores Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta e publicada

pela editora Edusc. A ênfase recai sobre o estudo das abordagens historiográficas, no afã de discutir os novos domínios no campo da História, a partir da abertura e acesso à documentação dos acervos de arquivos repressivos, responsáveis pelo adensamento das análises acerca dessa temática recente da História do Brasil. A proposição visa articular política, cultura e história, ao entender que estudos dessa natureza permitem às sociedades refletirem melhor sobre seu passado e contribuir para o aperfeiçoamento e consolidação de suas democracias. A metodologia de pesquisa dialoga com as referências bibliográficas utilizadas na produção historiográfica dos autores, analisadas sob o ponto de vista crítico, fundamentado nos elementos teórico-conceituais intrínsecos aos estudos de História. As várias dimensões da produção historiográfica analisadas visam à compreensão do real e estão atreladas ao trabalho do historiador, tendo em vista a historicidade inerente ao conhecimento histórico e à necessidade incontornável da crítica (MALERBA, 2002, p. 38).

O livro sobre os 40 anos do golpe é composto de 19 artigos, produzidos a partir dos debates acadêmicos organizados em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais em 2004. Os autores são oriundos de diferentes instituições do país, com predominância das universidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Doze autores são historiadores, com formação específica em História, seis em Ciências Sociais e um em Filosofia. A coletânea foi dividida pelos organizadores em seus quatro grandes temas: 1) *História e Memória*; 2) *Política, Economia e Sociedade*; 3) *Cultura e Política*; 4) *Repressão, Censura e Exílio*. Dentre as principais temáticas presentes, evidencia-se a questão da memória e suas relações com a história. Sua problematização permite compreender o golpe civil-militar e a amplitude da Ditadura Militar em suas diferentes dimensões (políticas, econômicas, sociais e culturais), para investigar as múltiplas relações constituídas entre Estado e Sociedade.

O exercício de compreensão entre os eventos históricos e o modo como são lembrados e referenciados após certo tempo de seu efetivo acontecimento, aponta para uma concepção teórico-metodológica de História que nega a

existência de um passado estagnado, portanto, concebe o tempo como capaz de reelaborar e reconstituir sentidos em constante movimento. Por isso, entre a História e a memória, os caminhos de abordagem são múltiplos, distantes da unilateralidade, logo, repletos de fraturas e incoerências, que exigem estudos e pesquisas capazes de compreendê-los como processos históricos recentes da sociedade brasileira.

O trabalho de crítica historiográfica pressupõe a análise dos diferentes componentes da produção da história, com destaque para três dimensões fundamentais: 1) *lugar social*, em seus elementos objetivos e subjetivos de produção, as instituições a que se vinculam os historiadores e a relação dos pesquisadores com seu meio; 2) *prática historiográfica*, nas relações que os historiadores estabelecem com a natureza para a produção do conhecimento histórico; 3) *escrita*, que consiste em uma representação do passado, todavia uma representação “histórica”, articulada com um lugar social e com uma prática científica. Embora seja dotada de métodos próprios, a escrita da história não é simplesmente um procedimento “livre”, desarticulado de seu processo científico, pois “permanece controlada pelas práticas das quais resulta” (CERTEAU, 2000, p. 95). Convém, portanto, evitar certas postulações radicais da crítica linguística que tenderam, nas últimas décadas, a reduzir o discurso histórico a um livre jogo de figuras retóricas, fruto de invenção ficcional. Isso porque é necessário pesquisar imbuído da compreensão de que a história se faz com uma intencionalidade e carrega em si “um princípio de verdade, que o passado que ela estabelece como objeto é uma realidade exterior ao discurso, e que seu conhecimento pode ser controlado” (CHARTIER, 2002, p. 15), sobretudo, a partir das escolhas dos historiadores.

Ao analisar a produção historiográfica sobre o golpe civil-militar de 1964 e a Ditadura Militar, invoco não apenas os discursos de memória produzidos pelos sujeitos sociais e pelo Estado, mas também a própria condição epistemológica da disciplina. A leitura em questão aponta para a superação do dilema entre História e memória, para evitar a dicotomia entre ambas e concebê-las do ponto de vista da reciprocidade. Nesse sentido, a produção historiográfica é concebida

como incapaz de fabricar verdades absolutas, por isso a importância em entendê-la enquanto um elemento que se refaz, diante das inquietantes dúvidas que ainda cercam o passado recente da História do Brasil. Os eventos relacionados à Ditadura Militar são particularmente propícios para esse estudo, à medida em que mobilizam demandas políticas e sociais, e impõem aos historiadores a função de pensar seu próprio fazer historiográfico, ao investigar o estatuto de verdade de seus discursos. Essa metodologia dialoga diretamente com os discursos de poder inerentes às informações textuais e narrativas documentais, trazendo à tona um jogo social e político que pressupõe uma força instável e em constante reclassificação.

As *Batalhas de Memória* movimentam os historiadores nos 40 anos do Golpe Civil-Militar

Conhecimento histórico e memória são campos permeáveis a interesses particulares ou coletivos, sendo muitas vezes representativos de disputas políticas, sociais e, sobretudo, de registros das práticas de exercício do poder. As escolhas por lembrar ou esquecer se mostram aparentes, desde que estejam vinculadas à crítica aos investimentos governamentais para elaboração da memória histórica de certos fatos. As situações de distorção da realidade exigem atenção redobrada do pesquisador, até porque, “em qualquer sociedade, a documentação é intrinsecamente distorcida, uma vez que as condições de acesso à sua produção estão ligadas a uma situação de poder e, portanto, de desequilíbrio” (GINZBURG, 2007, p. 262). No caso específico da realidade política brasileira, a abertura dos arquivos da repressão, até então inacessíveis aos pesquisadores e a intensa discussão sobre os arquivos ainda indisponíveis interferem diretamente na produção historiográfica. Afinal, o conhecimento científico da História é elaborado no entrelaçamento entre a fonte e o problema e o acesso às novas documentações, portanto, sugere novos problemas de pesquisa e permite repensar antigas abordagens.

Os estudos que relacionam a história e a memória carregam em si dispositivos parciais para escutar e compreender intimamente as vozes do passado, ainda assim, “para ser inquietante, a história deve buscar descobrir o passado que a memória carrega em si sem saber” (LORIGA, 2009, p. 32). Os novos problemas e desafios da pesquisa em História estão pautados em discussões teóricas que propõem estudar a realidade histórica longe de um esquema único de ações, pois a mudança social necessita ser pensada e discutida por meio da descontinuidade. Isso implica pensar certos aspectos da realidade a partir da análise das contradições dos fatos históricos, considerando que os historiadores formulam um conhecimento que se desdobra e expõe, com dados acerca do que se passou, a partir de explicações, argumentos e análises que estabelecem distinções, dividem-se em partes, descrevem pormenores. Portanto, a escrita da história inclui “o pensado e a vivência, porque ela é o pensamento de uma experiência vivida” (PROST, 2014, p. 244-245), fator que pressupõe a impossibilidade de isolar ou apartar, no passado ou no presente, tempos históricos específicos.

Os eventos políticos ocorridos no Brasil em março de 1964 têm sido frequentemente interpretados por parte da produção acadêmica especializada, na condição de golpe civil-militar, perpetrado pelos militares, com o auxílio de setores da sociedade civil, em manifestação contrária ao Governo de João Goulart. Para alguns historiadores, o golpe constituiu-se em uma ação contra forças políticas democráticas, cujas demandas “reivindicavam o alargamento da democracia política e a realização de reformas do capitalismo brasileiro”. Por parte dos golpistas, fazia-se necessário “estancar o debate político que, no Congresso e na sociedade, estava centralizado em torno das reformas sociais e políticas” (TOLEDO, 2004, p. 73). As ênfases dessas leituras recaem sobre o contexto político e cultural dos anos 1960, em que os movimentos sociais de esquerda do pré-64 são apresentados enquanto forças essencialmente democráticas, em paralelo à ação golpista e antidemocrática das direitas. Em diálogo com essas concepções, outras vertentes historiográficas destacam o clima de instabilidade e radicalização política – à esquerda e à direita –

vivenciado desde o início da década de 1960, fator que impulsionou os discursos de oposição advindos dos setores conservadores da sociedade civil e militar, que se mostravam insatisfeitos com as políticas de João Goulart e suas formas populistas de governo (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 313). Apesar das distintas concepções, os estudos históricos apontam para um eixo direcional fundamental: o golpe de 1964 não foi um movimento essencialmente antirreformista, mas, sobretudo, “anticomunista”. Este é um indicativo de que os debates acerca da questão das reformas de base não eram padrão simples, pois “parte dos apoiadores do golpe era favorável a reformas, desde que afastado qualquer perigo de radicalização” (MOTTA, 2014, p. 9-10).

Parte dessas abordagens tem sido rediscutida pela historiografia recente, sobretudo a partir do acesso às fontes de arquivos até então indisponíveis e à emergência de debates acadêmicos no âmbito da historiografia. Dentre os novos temas relacionados aos estudos sobre a Ditadura no Brasil, pode-se mencionar a problemática da memória e suas relações com a história, tal como verificamos, em especial, na seção do livro denominada “História e Memória”. Cabe destacar que a memória é concebida não apenas como distorção do passado, mas como elemento constituinte da produção historiográfica, na medida em que impõe seus próprios problemas e questões aos historiadores. Já a história dispõe de métodos específicos de investigação, com o fito de problematizar as memórias produzidas em relação à historiografia. A investigação histórica, portanto, é também dotada de sua própria historicidade, o que demanda um trabalho incessante de análise historiográfica, aqui entendida como o “fundamento do conhecimento histórico” (MALERBA, 2002, p. 37).

O tema da memória da Ditadura vincula-se diretamente ao debate sobre a participação da sociedade civil na construção do novo poder e às concepções de democracia vigentes no período, com análise aprofundada nos textos de Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Caio Navarro de Toledo. Os autores convergem com relação à compreensão do golpe como um movimento promovido por setores conservadores, tanto políticos, quanto civis e militares, associados à dinâmica ofensiva e autoritária das ações golpistas. O uso do termo

“Revolução” pelos setores golpistas foi amplamente rejeitado, sob a justificativa de que o governo recém-criado não dispunha de um projeto que gerasse a transformação das estruturas de poder vigentes. Contudo, diferenças de abordagem se tornaram presentes quanto ao tema das relações entre Estado e sociedade no período. Para Aarão Reis, por exemplo, o golpe de 1964 e a construção da Ditadura foi um processo marcado não apenas pela ação golpista das direitas e sua luta contra os movimentos sociais e as reformas de João Goulart, como propõe Toledo, mas também pela “posição ofensiva e, se fosse o caso, contra a lei” (REIS FILHO, 2004, p. 36), adotada pelas esquerdas antes e durante a Ditadura. Para o autor, a composição da memória em torno da gênese da Ditadura forjou-se no silenciamento da própria realidade histórica, a exemplo da vitimização das esquerdas e da frequente culpabilização dos militares, além das inúmeras tentativas de imputar resistência a quase toda a sociedade civil. Essa memória deturpada foi construída em meio ao processo de redemocratização política, no afã de absolver e reconstruir a nação na condição de “democrática” e “reconciliada”, para tentar legitimar e esquecer um erro histórico. Por isso, cabe aos historiadores aprofundar seus estudos no tema para demarcá-lo como um “processo histórico-social, não um acidente de percurso”, afinal de contas, sua administração foi feita por “brasileiros, não imposta, ou inventada, por marceiros” (REIS FILHO, 2004, p. 50). Sua análise pressupôs reforçar a importância da atuação civil da Ditadura, para não demarcar apenas o caráter militar, mas invocar a responsabilidade de diversos atores sociais em sua construção, em contraponto com a perspectiva de Toledo e Ridenti, que valorizaram as ações ofensivas das direitas e a luta democrática da sociedade civil.

Tais divergências de abordagem indicam que os textos históricos compreendem um duplo sentido, “material e interpretativo”, composto pela palavra de vários interlocutores, a partir da escolha das funções que atendam às necessidades de seu tema, com a apropriação devida do “depoimento das testemunhas e das personagens de seu enredo, utilizando-o à sua maneira” (PROST, 2014, p. 241). Por conta da subjetividade implícita às formas

interpretativas documentais, a análise do discurso historiográfico desses autores pressupõe a compreensão da crônica, do arquivo e do documento, ou seja, “aquilo que se organiza em texto folheado do qual uma metade, contínua, se apoia sobre a outra, disseminada, e assim se dá o poder de dizer o que a outra significa sem o saber” (CERTEAU, 2000, p. 101). Por isso, o estudo minucioso das abordagens da coletânea *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois* (1964-2004) se funde à linguagem, traduzida em escrita, com o propósito de comprovar o discurso e gerar um efeito de real para a legitimação do saber.

O sociólogo Marcelo Ridenti, filiado a uma perspectiva teórica marxista, em um movimento semelhante ao de Daniel Aarão Reis, reconheceu a dimensão ofensiva e revolucionária das esquerdas no enfrentamento à Ditadura, porém, apontou um efeito reducionista ligado à “ideologia da resistência armada”, frequentemente considerada apenas como uma “fase preparatória para a democracia brasileira, tal qual está hoje estabelecida”. Essa se tornou uma versão “conveniente” àqueles que lutaram contra a Ditadura e, posteriormente, exerceram cargos políticos nos governos democráticos, sem necessariamente executar “mudanças de fundo na ordem social e econômica estabelecida” (RIDENTI, 2004, p. 58). Para Ridenti, a memória sobre as esquerdas teria sido construída com base em posições políticas posteriores, em um processo de valorização da democracia. Além disso, considerou que a multiplicidade de apropriações em torno do conceito “democracia” contribuiu para que se moldasse um sentido mais voltado à relevância de seus diferentes significados, por isso a insistência em atribuir legitimidade à luta das esquerdas armadas somente “como parte da resistência democrática à ditadura”. A sua maior contribuição à historiografia consistiu em problematizar os ideais de resistência democrática, ao propor que se considerasse “apenas o substantivo resistência, sem o adjetivo democrática” (RIDENTI, 2004, p. 59). Seu propósito estava claramente definido no texto e pautou-se em evitar a mistificação da luta armada, sob o argumento de que a perda dos “elos de continuidade entre o passado e o presente” levava à deturpação do passado ditatorial, concebendo-o como um

período de “trevas, rompido com as luzes da democracia que o sucedeu” (RIDENTI, 2004, p. 60).

Às discussões sobre a memória da Ditadura somaram-se às reflexões acerca de suas dinâmicas políticas, econômicas e sociais. Celso Frederico e Francisco de Oliveira defenderam que o golpe de 1964 consistiu na culminância de uma crise do modelo econômico conhecido como “nacional-desenvolvimentista”. Suas origens remontavam ao populismo varguista, impulsionado pela “força de permanência da ideologia nacionalista, pressupondo uma ampla aliança social” (REIS FILHO, 2018, p. 79), marcada por relações de ambivalência entre os diferentes setores da sociedade. Nas formulações de Francisco e Oliveira, o início dos anos de 1960 teria sido caracterizado pela desestabilização deste “tripé político social”, que envolvia a burguesia nacional, o proletariado e o Estado, em virtude da injeção de capital estrangeiro no “setor de bens duráveis de consumo”, contribuindo para o surgimento de novas classes médias urbanas” (OLIVEIRA, 2004, p. 121).

Ao dialogar com teóricos como Raul Prebisch e Celso Furtado, que compreendiam o “subdesenvolvimento como uma singularidade da expansão capitalista, ao criar sua periferia”, Oliveira enfatizou a necessidade de respeitar as diferenças entre a “ditadura varguista de 1930-45 e a ditadura militar de 1964-84”. Para tanto, recomendou evitar a homogeneização de regimes políticos e alertou para as especificidades da modernização do Estado republicano brasileiro a partir de 1930, com a ascensão de Vargas e a construção de uma espécie de “pacto de classes”, fundamentado na industrialização e na “intervenção do Estado na economia” (OLIVEIRA, 2004, p. 118). Frequentemente caracterizado como “populista” nas interpretações sociológicas, esse modelo teria entrado em colapso no pré-1964 e, conforme Celso Frederico, o espantoso crescimento econômico do Brasil entre 1930 e 1964 havia sido acompanhado por uma crise desse modelo, seguida de “um acirramento das contradições sociais e uma mobilização social nunca antes vista” (FREDERICO, 2004, p. 106).

Daniel Aarão Reis já havia criticado, em publicação de 2001, as formulações a respeito da ideia do suposto “colapso do populismo” de 1964, a partir da análise das vertentes sociológicas de Otávio Ianni e Francisco Weffort. Apontou claramente o caráter reducionista dessas abordagens que limitavam o populismo em uma dicotomia que envolvia, por um lado, uma “burguesia industrial consciente”, composta de “líderes carismáticos e maquiavélicos”. Por outro lado, consideravam equivocadamente os trabalhadores como “apenas massa – própria para amassar – de manobra” (REIS FILHO, 2001, p. 353). Essa vertente de análise sociológica do populismo excluía os trabalhadores e sua agência dos processos sociais, compreendendo o jogo político e econômico apenas a partir dos arranjos e interesses das classes dominantes. Francisco de Oliveira fez ressalvas a essas definições e mencionou as revisões do conceito feitas pela historiografia, reconhecendo que se o populismo no Brasil de algum modo tivesse assumido um “compromisso de classes”, isso não teria ocorrido a partir da proposta de considerar os “trabalhadores como marionetes de um poder absoluto” (OLIVEIRA, 2004, p. 118). Sua análise se desdobrou para a defesa da proposição de que existia um “padrão autoritário da longa via passiva”, referindo-se às duas décadas perdidas que geraram um “desastre social”, responsável pelas “crises de hegemonia” expressas em forma de “crispações violentas” (OLIVEIRA, 2004, p.121) e mudanças bruscas no quadro político nacional, a exemplo de 1930 e 1964.

A proposta de que o golpe de 1964 constituiu uma ruptura brusca em um modelo de economia constituído a partir de Vargas, baseada no dirigismo estatal e na aliança de classes, foi uma chave de leitura predominante nas abordagens ligadas ao tema da economia, presentes no texto de Celso Frederico e Francisco de Oliveira. No entanto, convém lembrar que a Ditadura se esforçou em tutelar e excluir as classes trabalhadoras da política, por meio da intervenção estatal nos sindicatos, ligados a uma “forma de peleguismo” que limitava profundamente a gestão sindical (OLIVEIRA, 2004, p. 119). Ao passo que o regime autoritário promoveu a ampliação de determinados direitos sociais, tolheu as liberdades e

direitos políticos constitucionais, o que assegurou a possibilidade de controle dos movimentos da classe trabalhadora (FERREIRA, 2014, p. 96).

Apesar da valorização de 1964 enquanto uma data chave na história política da república, Frederico e Oliveira não praticaram uma análise mais detida sobre o evento do golpe em suas dimensões políticas e sociais imediatas e não questionaram as “disputas acerca da elaboração de lembranças evocadas a partir do Golpe de Estado” (FERREIRA, 2017 p. 193). Logo, a interrupção da experiência democrática foi narrada como consequência natural das dinâmicas econômicas, além de ter sido considerada praticamente inevitável diante da crise que se estabelecera no início dos anos 1960. Isso denotou a ausência de um maior intercâmbio entre os aspectos de ordem econômica e política, capaz de considerar a atuação dos diversos atores que compuseram a deposição de João Goulart e tornaram a construção da Ditadura possível, a exemplo dos “civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia” (NAPOLITANO, 2014, p. 44).

Todavia, outros textos da coletânea se encarregaram da análise desses aspectos, desdobrados na questão das relações entre os militares durante a Ditadura, tema em foco no texto de João Roberto Martins Filho, dedicado ao estudo do livro *A Ditadura Envergonhada*, de Elio Gaspari, além da entrevista do General Médici aos pesquisadores Maria Celina D’Araújo e Celso Castro. O processo de divisão militar e as tensões ocorridas no interior das Forças Armadas, bem como, a relação entre os oficiais e o governo militar foram ressaltados por Martins Filho. Nas palavras do autor, “mesmo em 1968, não se pode falar numa dinâmica dualista no regime militar, na qual os moderados seriam sempre derrotados pelos duros” (MARTINS FILHO, 2004, p. 136). Os conflitos internos eram atravessados também pelas imposições hierárquicas e, mesmo “sobre a desunião, sempre preponderou a unidade” (MARTINS FILHO, 2004, p. 138).

Seu texto problematizou a obra de Elio Gaspari e propôs uma crítica às concepções dualistas que dividiram os militares entre “linha dura” X “moderados”, com tendência a compreender o processo de recrudescimento do

regime como uma vitória dos núcleos mais endurecidos sobre os moderados. Ao contrapor a narrativa do jornalista Elio Gaspari, que se referia a uma “anarquia” reinante a partir da crise entre os militares, João Roberto Martins Filho argumentou que o regime se constituiu em uma “união na desunião” (MARTINS FILHO, 2004, p. 138), onde prevalecia a hierarquia militar. Para tanto, rediscutiu as concepções simplificadas de Ditadura, baseadas em dicotomias entre militares e governo, difundidas no contexto de produção da coletânea aqui analisada. Ainda assim, não incorporou o debate sobre a memória na leitura dos militares, o que poderia, por certo, ampliar o alcance da análise para além das leituras de Elio Gaspari. As proposições maniqueístas e dicotômicas sobre a Ditadura (duros e moderados, militares e governo, Estado e sociedade, e assim por diante) imbricavam-se às construções memorialistas produzidas no âmbito da abertura política e estiveram presentes na produção jornalística e acadêmica até o início dos anos 2000.

O ano de 2004 “testemunhou um interesse crescente da sociedade” civil sobre o tema da Ditadura Militar brasileira, impulsionada pela profusão de “diferentes perspectivas analíticas para interpretar o período” (JOFFILY, 2018, p. 206). Nesse sentido, a publicação de *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois* (1964-2004) foi representativa da ampliação dos debates historiográficos na busca pela desmistificação do regime autoritário e consequente análise das relações ambíguas constituídas entre Estado opressor e sociedade civil.

As novas produções historiográficas sobre a Ditadura produzidas recentemente contribuíram para reavaliar o papel das instituições políticas e militares, menos em termos de pares de oposição e mais no âmbito das relações de cooperação e colaboração entre diversos atores. É o que propõe, em parte, a análise de Lucia Grinberg. Pautada nos estudos da Nova História Política, imbuída de referências teóricas como Serge Berstein (BERSTEIN, 2003, p. 57-98), além da utilização de fontes de imprensa e discursos políticos, a historiadora analisou a construção da memória da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), frequentemente associada a um conjunto de “conteúdos negativos, significando estritamente adesismo e subordinação aos militares” (GRINBERG, 2004, p. 143).

Essa compreensão pode ser melhor sintetizada a partir do ideal de “partido do sim, senhor”, construído por políticos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) já nos anos de 1970, no intento de conferir à ARENA o epíteto de partido do governo, herdeira da União Democrática Nacional (UDN). Contudo, como demonstrou Grinberg, a ARENA era também composta tanto por políticos da UDN quanto do Partido Social Democrático (PSD), incluindo as “lideranças historicamente ligadas a Getúlio Vargas” (GRINBERG, 2004, p. 145). A autora problematizou a concepção de que a UDN era um partido isolado pertencente ao governo, para compreendê-lo enquanto parte da sociedade brasileira, dotado do apoio de uma parcela da população, como demonstrou mediante dados acerca da quantidade expressiva de candidatos arenistas, a partir da análise dos resultados das eleições para a Câmara dos Deputados.

Problematizar a proposição de uma ruptura drástica no sistema político brasileiro a partir de 1964 foi a maior contribuição do texto. Grinberg demonstrou que, embora a ARENA tenha sido criada pelos militares, seus integrantes eram autoridades tarimbadas na política em tempos anteriores, advindas de diversos partidos. Seu funcionamento utilizava a estrutura político-partidária já existente no país, apesar das especificidades de um regime militar (GRINBERG, 2004, p. 150). A análise historiográfica esteve em consonância com a crítica feita por Aarão Reis à ideia de uma “arquitetura simplificada” da Ditadura, construída já no período democrático e baseada em uma divisão rígida entre o período da Ditadura, considerado “um tempo de trevas, o predomínio da truculência, o reino da exceção, os chamados anos de chumbo” e o tempo da democracia, “livre, regida pela Lei, o reino da cidadania, a sociedade reencontrando-se com sua vocação democrática” (REIS FILHO, 2000, p. 8). As peculiaridades das memórias da ARENA, de acordo com a historiadora, remontou à sua desqualificação enquanto partido e à construção de uma imagem negativa datada dos anos 1970, no âmbito das disputas com o MDB. Com o fim da Ditadura e a revalorização da democracia, o partido se tornou, tal como os militares, uma espécie de “bode expiatório” (GRINBERG, 2004, p. 157) da

Ditadura, contribuindo para o silenciamento sobre a participação da própria sociedade brasileira na construção do autoritarismo.

A produção acadêmica sobre a Ditadura, oriunda dos estudos em voga desde 2004, esteve pautada em uma ampla diversificação dos temas e abordagens teóricas. Isso pode ser melhor compreendido, de acordo com Lucília Delgado, a partir das efemérides de 2004, responsáveis por uma ampla produção acadêmica sobre o tema, e também pelo surgimento de uma nova geração de pesquisadores, cujos estudos estiveram pautados em “uma nova perspectiva teórica, vinculada à nova história política e com base em novas e diversificadas fontes documentais” (DELGADO, 2012, p. 168). Essa multiplicidade teórica e documental possibilitou analisar a Ditadura para além dos grandes esquematismos econômicos e sociais, incorporando à análise o diálogo entre as dimensões da Cultura e da Política.

Dentre os temas abordados, verificou-se a análise da produção de caricaturas, realizadas por Rodrigo Patto Sá Motta a partir da imprensa (MOTTA, 2004, p. 179-201). Em seu texto, Motta atentou para as diversas possibilidades de manifestações políticas por meio do uso de charges e compreendeu em sua análise, tanto as manifestações de apoio ao golpe e à Ditadura, quanto as publicações de crítica social, explorando a diversidade da imprensa em suas relações com o Estado e as dinâmicas políticas do período. Por extensão, nos textos relacionados à cultura evidenciou-se a análise da produção musical no período, a exemplo dos festivais da canção, analisados por Marcos Napolitano (NAPOLITANO, 2004, p. 203-216), ou a música popular do Clube da Esquina, por Heloisa Starling. A partir das canções, letras de músicas e panfletos, os historiadores citados identificaram questões do cotidiano, formas de expressão, manifestações coletivas e, sobretudo, as relações entre a música e a política. Nas palavras de Heloisa Starling, a música popular adquiriu, nos anos 1960 e 1970, um “perfil de contestação explícita, denúncia e resistência”, que se desdobra em um “quase isomorfismo entre os versos da canção e as práticas da política” (STARLING, 2004, p. 219).

O texto de João Pinto Furtado (FURTADO, 2004, p. 229-245) também convergiu com a perspectiva de Starling, ao fazer uso de conceitos chave da Nova História Cultural, tais como “representações culturais”, produção, recepção, “produtos culturais” e identidade, além de privilegiar o engajamento político e a chamada “resistência cultural” à Ditadura (termo que dá nome ao seu texto). Contudo, ainda que tais dinâmicas representassem a produção cultural da Ditadura, a demasiada valorização da “resistência” nas manifestações culturais contribuiu para homogeneizar os propósitos da música, em um esforço de lhe atribuir feições de engajamento político nem sempre presentes. A atenção exclusiva às manifestações culturais de oposição ao regime, tomando-as de maneira isoladas em relação às demais produções do período, também incorreram na falsa noção de que não havia também apoio à Ditadura, ou que essas manifestações não adquiriam a mesma proeminência dos festivais de Música Popular Brasileira (MPB).

Outro expressivo eixo de discussão sobre a Ditadura na coletânea aqui analisada relacionou-se aos temas da repressão, censura e exílio. Ao analisar os sistemas de repressão da Ditadura, essa produção dialogava de modo estreito com a dimensão social e a atuação de diferentes agentes históricos na construção do autoritarismo. Em estudo pioneiro sobre as relações entre a imprensa e a Ditadura, Beatriz Kushnir (KUSHNIR, 2004, p. 249-264) discutiu a concepção de colaboracionismo para compreender as relações de cooperação e autocensura promovidas pela grande imprensa após o Ato Institucional nº 5 (AI-5). A partir da análise do jornal *Folha da Tarde*, entre 1967 e 1984, além de entrevistas e depoimentos concedidos à autora, constam no texto a análise das mudanças editoriais dos periódicos ao longo da Ditadura e sua relação com o recrudescimento da censura, bem como as mudanças editoriais na década de 1980, articuladas com o processo de redemocratização do país.

O tema da censura também foi analisado por Carlos Fico, que fez um estudo minucioso sobre os documentos da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) e bibliografias correlatas. Sua pesquisa verificou a atuação dos órgãos de censura e repressão da Ditadura para avaliar as estratégias de

imposição de mecanismos de controle social. A proposta central do autor consistiu em diferenciar os chamados “pilares básicos” da Ditadura, sobretudo aqueles relacionados à censura e à propaganda, tendo em vista sua defesa de que a Ditadura não dispunha de um único “projeto repressivo, centralizado e coerente” (SOARES apud FICO, 2004, p. 266), mas sim de “diferenças e especificidades entre as diversas instâncias de repressão e controle” (FICO, 2004, p. 273).

Fico e Kushnir convergiram tanto em relação à compreensão do caráter autoritário e violento da censura, quanto em torno da relevância atribuída ao AI-5, instaurado em 1968, para o aprofundamento da perseguição política à imprensa. A distinção dos militares entre “duros” e “moderados” era considerada insuficiente na perspectiva de Fico, pois “todos eles estavam identificados com o projeto da ‘utopia autoritária’” e, apesar das diferenças, “algum grau de violência era admitido por todos” (FICO, 2004, p. 274). Contudo, os estudos pontuavam diferenças no tocante à caracterização das práticas de censura. Mediante a análise de cartas de pessoas comuns enviadas às divisões de censura, Fico identificou dois tipos de censura: a política, voltada ao controle da imprensa e amplamente negada pelas autoridades e a moral, fundamentada na vigilância em torno das diversões públicas, legalizada e existente no Brasil desde 1946 (FICO, 2004, p. 269-270). A primeira era “revolucionária” e a segunda era institucionalizada. Logo, Carlos Fico divergiu de Kushnir, ao defender que a censura moral não estava associada apenas à Ditadura e possuía dinâmicas muito distintas da censura de ordem política.

Evidentemente, a Ditadura não era uma prática que vigorava apenas em solo brasileiro, envolvendo também um conjunto de mecanismos de repressão no exterior, como demonstraram Samantha Quadrat e Denise Rollemberg. A partir da análise de sólida documentação da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI), alocados no Arquivo Nacional, e depoimentos de brasileiros que estiveram no exterior, Quadrat analisou as relações estabelecidas pelos exilados com os países da América do Sul e com a Europa, bem como, a atuação de embaixadas e consulados na repressão

política, constituindo uma sólida rede de informação e intercâmbio entre os agentes da repressão no exterior. A Ditadura “agiu no exterior. Espionou, reprimiu, violou direitos básicos dos cidadãos [...] colaborou com as polícias políticas de outros países e construiu uma sólida rede de intercâmbio e informação” (QUADRAT, 2004, p. 327). Sua análise trouxe à tona os dados de uma complexa rede de espionagem dos exilados promovida pelos órgãos de informações brasileiros, a partir da atuação conjunta entre países vizinhos e as polícias brasileiras e europeias. Ressaltou ainda a colaboração e convivência das embaixadas e consulados brasileiros com a repressão na Ditadura, embora esses órgãos não reconhecessem sua participação. Tais questões estavam ligadas ao debate sobre a memória da Ditadura, construída a partir da noção de uma suposta ausência da sociedade civil na construção do regime autoritário. Como afirmou Quadrat, a partir das contribuições de Daniel Aarão Reis, “a sociedade brasileira se isentou de qualquer responsabilidade com a ditadura e suas consequências ao construir uma memória de resistência” (QUADRAT, 2004, p. 326-327).

Denise Rollemberg, voltou suas indagações à questão do exílio, especificamente entre 1964 e 1979, a partir dos depoimentos, experiências e trajetórias dos indivíduos exilados nesse período (ROLLEMBERG, 2004, p. 277-296). Tendo em vista seu objeto de estudo, fez uso de fontes documentais produzidas com testemunhos, entrevistas, depoimentos, cartas, memórias etc. A problemática das relações entre história e memória permaneceu presente nestes e em outros estudos, seja como ponto de reflexão teórica, caso do texto de Quadrat, ou como fonte principal de acesso ao passado, a exemplo da pesquisa de Rollemberg. Evidenciou-se nesses e em outros textos da coletânea, a ampliação e diversificação documental, o maior acesso às fontes e a emergência de arquivos desconhecidos, nunca antes pesquisados, além da grande utilização da história oral, sobretudo em estudos sobre o exílio e a repressão na Ditadura, conforme analisado ao longo desse texto. Some-se a isso o crescente interesse dos historiadores pelo tema da Ditadura, o que possibilitou

uma expressiva ampliação temática e uma maior pluralidade teórica nos estudos relacionados ao tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito de vertentes negacionistas, verificou-se nas duas últimas décadas uma profusão de novos estudos sobre os eventos do golpe de 1964 e a Ditadura Militar, tendo em vista a expansão do ensino superior no Brasil, o contexto político e acadêmico favorável e, também, o distanciamento histórico em relação à data. O surgimento de uma nova geração de historiadores além da participação ativa de antigos pesquisadores, tem possibilitado a revisão de inúmeras construções narrativas, produzidas ainda sob a égide do memorialismo oriundo do período de abertura política do final dos anos 1980. Enquanto até os anos 1990 verificava-se um predomínio da Sociologia, da Economia e da Ciência Política nos estudos sobre a Ditadura, a partir das efemérides de 2004, quando o golpe completou seus 40 anos, identificou-se um crescente interesse dos historiadores pelo tema.

Dentre as principais obras publicadas em 2004, a coletânea *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)* pode ser considerada de grande representatividade, pois congrega alguns dos maiores especialistas na temática e abrange parte significativa das pesquisas estudadas no âmbito de sua publicação. Dentre as temáticas privilegiadas no livro, constaram as discussões relacionadas às dinâmicas políticas e sociais do período: os movimentos sociais, a repressão e as ações das esquerdas; os estudos sobre a imprensa, a censura e o exílio e, sobretudo, as relações entre a produção historiográfica e a memória construída sobre o período, problemática que atravessa alguns dos textos. Os novos estudos presentes na coletânea têm possibilitado, em grande medida, reavaliar a relação entre o Estado, as instituições políticas e militares e a sociedade, com o intuito de compreender o modo como a sociedade brasileira atuou na construção da Ditadura. A problematização da memória pelos historiadores ensejou uma análise mais detida a respeito das simplificações sobre a Ditadura construídas *a posteriori*, já no período de redemocratização,

que tenderam a negligenciar a atuação de determinados agentes históricos em detrimento de uma vitimização da sociedade em relação ao Estado.

No que se refere aos temas presentes na coletânea, apesar de sua diversidade teórica e temática, nota-se a ausência de discussões representativas, como no caso dos estudos relacionados aos mundos do trabalho durante a Ditadura, para além de sua atuação política e sindical. Estão ausentes também discussões circunscritas à atuação das mulheres em seus diferentes espaços e no âmbito das discussões de gênero, temática em voga no Brasil nos anos 1990. Por fim, ainda no tocante às ausências, notou-se a falta de uma discussão conceitual aprofundada a respeito de termos como “golpe” e “Ditadura Militar” – que dão título à obra – e a ideia de “revolução”, tal como era preconizada pelos partidários do novo governo. Ainda que tenha ficado nítida uma convergência sobre a compreensão do evento como golpe e não como revolução e, mesmo diante do uso na maior parte dos textos, não foi realizada uma análise pormenorizada sobre tais concepções. Obviamente, a proposta da coletânea, ainda que ampla e abrangente, não daria conta da totalidade dos estudos sobre a Ditadura no período e seriam difíceis de evitar as ausências mencionadas, no entanto, contribuíram para muito além das concepções consagradas pela memória.

Referências

BERSTEIN, Serge. Os partidos. *In: RÉMOND, René (org.). Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 57-98.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O governo João Goulart e golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas. *Graffia*, Bogotá, v. 9, p. 175-191, jan./dez. 2012.

FERREIRA, Cristina. Cinquenta anos do golpe civil-militar: ordem cívica e ilegalidade no início do governo ditatorial no Brasil (1964-1965). *Passagens*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 191-213, mai./ago. 2017.

FERREIRA, Cristina. Mundos do trabalho e regime autoritário: simbologia das celebrações e manifestações públicas no Primeiro de maio. *In: BRANCHER, Ana; LOHN, Reinaldo (org.). Histórias na ditadura*: Santa Catarina: 1964/1985. Florianópolis: Ed. UFSC, 2014. p. 87-108.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. *In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 265-275.

MARTINS FILHO, João Roberto. A ditadura revisitada: unidade ou desunião? *In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 125-140.

FREDERICO, Celso. 40 anos depois. *In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 101-115.

FURTADO, João Pinto. Engajamento político e resistência cultural em múltiplos registros: sobre “transe”, “trânsito”, política e marginalidade urbana nas décadas de 1960 a 1990. *In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 229-245.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRINBERG, Lucia. Uma memória política sobre a Arena: dos “revolucionários de primeira hora” ao “partido do sim, senhor”. *In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 141-159.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, jan./mar. 2018.

KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: entre jornalistas e censores. *In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004. p. 249-264

LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. *In: GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). Memórias e narrativas (auto) biográficas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009. p. 13-37.

MALERBA, Jurandir. Em busca de um conceito de historiografia. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 27, p. 27-47, jul. 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura. *In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 179-201.

NAPOLITANO, Marcos. Os festivais da canção como eventos de oposição ao regime militar brasileiro. *In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 203-216.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. Ditadura militar e crescimento econômico: a redundância autoritária. *In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 117-124.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

QUADRAT, Samantha Viz. Muito além das fronteiras. *In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 315-328.

REIS FILHO, Daniel Aarão. As tradições da cultura política nacional-estatista no Brasil (1937-2014). *In: CARVALHO, Keila Auxiliadora; CORDEIRO, Janaina Martins; SOUZA, César Martins de (org.). O país do futuro: modernidade, modernização e imaginário coletivo no Brasil republicano*. Curitiba: Ed. Prismas, 2018. p. 51-86.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. *In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 29-52.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. *In: FERREIRA, Jorge (org.). O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 319-377.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. *In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vidas no exílio. *In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA,*

Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 277-296.

ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins. Uma história vigiada. *In: ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins (org.). Por uma revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil*. Salvador: Saggá, 2021. p. 7-49.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. Coração americano. Panfletos e canções do Clube da Esquina. *In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 217-228.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. *In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 67-77.

ⁱ Cabe destacar a imensa contribuição do Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC), da Universidade Federal Fluminense (UFF), para a ampliação da vertente de estudos historiográficos que enfatizam as complexas relações estabelecidas entre civis e militares durante a ditadura militar brasileira, propondo “a revisão de certas interpretações hegemônicas” (Cf.: ROLLEMBERG; CORDEIRO, 2021, p. 7).